

Se chamada a juízo, a Eletronorte deverá responder com o mesmo argumento que tem usado diante dos críticos do seu comportamento: o fato consumado. Não importa que o fato consumado tenha sido criado de uma forma inconseqüente e até irregular. Contra o fato não há argumento, diz o ditado popular. A Eletronorte acredita nele. Por isso, tem se recusado a vir participar do debate público.

No entanto, o Estado — e especificamente a CPI dos recursos naturais da Assembléia Legislativa — têm o dever de cobrar da Eletronorte os esclarecimentos necessários sobre as graves dúvidas e suspeições que resistem às tentativas de resposta da empresa. O próprio coordenador geral da presidência, Armando Araújo, colocou-se à disposição dos deputados para uma nova convocação. A hora chegou. Aliás, já está passando.

A Eletronorte alega ser impossível tecnicamente efetuar a suspensão do fechamento da represa de Tucuruí, como querem o Estado e o Movimento Brasileiro de Defesa da Vida. Tem suas razões. A concretagem das adufas só pode ser efetuada quando o nível do rio está baixo, no verão. O enchimento do reservatório a partir de fevereiro (a tese que está sendo defendida em Belém) seria impossível porque as águas não permitiriam continuar fechando as aberturas na barragem. O serviço só poderia ser retomado no próximo verão, a partir de maio de 1985.

Até lá, com 22 das 40 adufas fechadas, a represa teria que enfrentar o impacto de uma cheia. A vazão média do rio Tocantins entre janeiro e abril vai de 12 mil a 30 mil metros cúbicos de água por segundo, mas pode ultrapassar 45 mil metros cúbicos e chegar até 65 mil (o recorde registrado). A capacidade de cada uma adufa, por ocasião do projeto básico, era de 1.275 metros cúbicos. Isto significa que as 18 adufas ainda abertas (o cronograma prevê o início de seu fechamento a 15 de setembro, mas a data pode ser antecipada por causa da velocidade dos trabalhos em andamento) têm capacidade para permitir a passagem de menos de 30 mil metros cúbicos por segundo.

Uma enchente excepcional não conseguirá uma vazão completa pela barragem. As águas ficarão retidas e começará um enchimento natural, não programado. Nessas circunstâncias, a pressão da água e o atrito que ela provocará poderão ameaçar a integridade da represa. No seu modo de falar, o presidente da Eletronorte advertiu que a represa pode ir parar na ilha do Marajó. A hipótese é realmente factível.

Mas a Eletronorte sequer se digna a fornecer esses dados, que permitiriam uma análise realista e objetiva da situação. Provavelmente está se guardando para apresentar o quadro de uma for-

ma bombástica diante do juiz e transferir-lhe uma responsabilidade extremamente pesada: mandando suspender as obras, o juiz teria que assumir o risco pelo rompimento da barragem. É óbvio que só a formulação da hipótese abalará a capacidade de decisão do julgador, que se baseará em informações técnicas fora de seu controle e mesmo de seu conhecimento.

Esta possibilidade, porém, é o fator decisivo para convocar a Eletronorte. Se a Justiça não o fizer, alguém precisa tomar essa iniciativa. O esquema de fechamento da represa de Tucuruí, tal como está sendo executado no momento, é de exclusiva e total responsabilidade da Eletronorte. Quando, 10 anos atrás, os estudos de viabilidade da hidrelétrica foram concluídos, os técnicos ofereceram uma alternativa técnica perfeitamente exequível para que o enchimento do reservatório não se realizasse com a integral restrição à vazão de um rio de importância fundamental para o equilíbrio ecológico num dos mais complexos e importantes estuários do país.

A Eletronorte descartou esta alternativa: preferiu impor os 81 dias de interrupção completa da vazão de água a jusante. Na época, ninguém — fora do circuito fechado da obra — foi consultado e a ninguém foram dadas explicações. Hoje, mesmo que seja para remissão de erros e averiguação de responsabilidades, é preciso reavaliar a decisão.

Se é mesmo impraticável suspender o fechamento da represa sem pôr em sério risco a sua integridade, esta é uma questão ainda a ser adequadamente esclarecida. O Executivo ou o Legislativo precisam cobrar essa satisfação. Não se pode deixar que o assunto limite-se a uma "blague" de humor negro. Já basta os que a Eletronorte deixou pelo caminho.

Independentemente de suspender ou não o cronograma da obra, porém, é preciso tirar de Tucuruí todas as lições que ela nos pode dar. Pagando um preço extremamente elevado para realizá-la, não podemos deixar que seus ensinamentos se percam, como parece estar ocorrendo. Balbina e Samuel já estão em andamento. Santa Isabel está vindo por aí. No entanto, os projetos de engenharia dessas usinas quase nada avançaram em relação aos erros cometidos em Tucuruí.

A decisão de construir Balbina, por exemplo, parece extremamente infeliz: produzirá pouca energia e inundará uma área muito superior à de Tucuruí, causando perturbações que poderão ser ainda mais sérias, mesmo não tendo nem 10% da capacidade de geração.

As grandes barragens chegaram à Amazônia para ficar. Ou nos interessamos por elas e procuramos conhecê-las, ou sofreremos as conseqüências da ignorância. Não há escapatória.

15-08-84

O LIBERAL

Belém / PA